

Lead:

De dentro das praças e acampamentos, o filósofo e militante italiano Toni Negri discute formas de organização, reivindicações e perspectivas do movimento na Espanha. Por Antonio Negri

Na última semana, estive na Espanha a trabalho. Estive naturalmente envolvido com os ?indignados?: atravessei algumas praças e acampamentos, questionei e discuti com muitos companheiros. Quem são os ?indignados?? Não pretendo responder ? há dezenas de narrativas facilmente encontráveis sobre isso. Relato aqui somente alguns apontamentos.

Democracia Real Já nasceu dois meses antes do 15 de Maio. É uma associação de militantes digitais, menos radicais, porém mais eficazes que o grupo Anonymous. Já havia movimentos desde Janeiro de 2011 contra a Lei Sinde, que pune a pirataria na Internet; e articularam um discurso e uma luta contra a assinatura daquele acordo entre PP e PSOE (direita e esquerda), que viabilizara essa lei, promovida inclusive pelo vice-presidente americano. Em consequência, a associação incita à recusa do voto: *?no les votes!?*, e desenvolve um discurso sobre o sistema representativo espanhol, contra o bipartidarismo, com a exigência de uma nova lei eleitoral proporcional, dirigida a favorecer o pluralismo e a equidade.

Um segundo grupo interessante é o V de Vivienda. É um movimento de luta pela moradia, começado em 2005 (?por uma moradia digna?) e desenvolvido em rede, como reacção ao estouro da bolha imobiliária. Em rede, convocam manifestações, produzem verdadeiros ?enxames?, com grandes mobilizações iniciais que, contudo, encontraram dificuldade em obter um impacto político mais duradouro.

Um terceiro movimento é o dos ?hipotecados?. Surge em Barcelona e constitui uma plataforma de ajuda recíproca das famílias e indivíduos que, por causa de hipoteca ou débito bancário ou insolvência privada, terminaram despejados. Valoriza muito a aparição mediática ? inclusive nos meios tradicionais. Esta competência foi muito importante para as lutas e a construção do 15-M.

Um quarto grupo formou-se nas várias assembleias e colectivos urbanos. Esses não possuem militantes orgânicos. Trata-se essencialmente de uma esquerda intelectual, que protesta e coopera em rede, assumindo posições radicalíssimas contra a precariedade e a incerteza do trabalho, além de contestar os baixos salários. São grupos do trabalho imaterial crescidos na crise, ?dentro e contra?.

Além desses, em certo momento, principalmente em Abril deste ano, apresentou-se na cena também uma rede da ?esquerda autónoma? sindical, ? geralmente ligada à Izquierda Unida: Juventud Sin Futuro. O nome diz tudo. Esta organização começa uma ampla agitação, com a importante capacidade de repercutir nos grandes jornais, e tenta convocar uma manifestação em 7 de Abril. É um prólogo importante, haja vista que, entre 7 de Abril e 15 de Maio, o anúncio da ?grande manifestação? dissemina-se de modo viral pelas redes.

Quem é a gente que se reuniu no 15 de Maio nas praças da Espanha? Existem dois componentes de peso. O primeiro é essencialmente a classe média empobrecida, desempregados, pequenos empresários em crise, profissionais que não conseguiram sucesso, ou foram rejeitados pelas empresas, trabalhadores autónomos recentemente golpeados pela crise, ou assediados pelo fisco, ? a quem se juntam os cidadãos sem casa própria e sem condições de adquiri-la, os que vivem como inquilinos. Um segundo componente, fortemente maioritário nos acampamentos, é o ?cognitariado? metropolitano: trabalhadores digitais e cognitivos, precários do sector dos serviços e de todos os géneros de actividade imaterial, estudantes e jovens sem futuro. Alguns poucos imigrantes também apareceram nas manifestações e assembleias para se expressar. No movimento, muitas mulheres se destacaram nas discussões e lideraram a organização dos acampamentos. Esses sujeitos constituem um movimento que não é identitário, que não é simplesmente movimento de solidariedade. Todos falam em primeira pessoa. É um movimento contra a crise e a pobreza, de toda a classe média (num sentido amplo).

Indignados. Foram os meios de comunicação que impuseram este nome, importado do célebre opúsculo de Stéphane Hessel. Nisso, o movimento reconheceu rapidamente uma tentativa de reduzi-lo a mero protesto moral, de relegá-lo a um terreno não-político (com a ameaça implícita que, se comesse a actuar politicamente, haveria repressão). O movimento reagiu imediatamente: pacífico, praticando a ?recusa à violência?, teorizada e proclamada como ?recusa do medo?. Este é um dado constante e importantíssimo na formação e na firmeza do movimento. Exprime a consciência que, quando há medo, se é levado naturalmente a responder violentamente à violência; que o governo tenta amedrontar (um gesto hobbesiano) para incitar uma resposta do movimento, tão violenta quanto vazia e, como resultado, legitimar a repressão. A resistência não-violenta do movimento permitiu uma aceleração extraordinária, uma enorme expansão (metrópoles, cidades, vilas), a sua aparição como ?evento? irrefreável.

A linguagem do movimento é simples e popular, mas não populista. Foi sugerido na Democracia Real Já: ?não somos uma mercadoria nas mãos dos banqueiros e políticos?. A linguagem foi trabalhada nas redes e pela incrível quantidade de comunicações, agenciamentos, sites e fóruns no Facebook, twitter etc. Que, numa democracia real o poder seja acção que exercitamos sobre a acção do outro ? e assim fica implícita a dissolução de toda autonomia do político ? constitui a chave da linguagem do movimento. A isso se junta a crítica da constituição democrática, aos três poderes tradicionais (legislativo, executivo, judiciário), porque não correspondem mais às funções originais. A dimensão pública do Estado, quando não é atravessada pela participação dos cidadãos, não pode mais ser considerada legítima. Nas formas actuais, o público não passa de uma superestrutura do privado. Exige-se, portanto, um novo poder constituinte, visando à construção do comum. Pode-se dizer, mais claramente, que o movimento dos indignados é um movimento radicalmente constituinte?

Nele, propõe-se um novo modelo de representação. De um lado, as redes; de outro, as

assembleias. Partindo das assembleias nas praças centrais das cidades, chega-se ?em rede? às assembleias locais, nos bairros das metrópoles e, finalmente, às pequenas cidades e vilas. O retorno, por sua vez, é directo e veloz. A organização da base ? pela base ? pelas assembleias constitui assim o percurso e a estrutura da ?democracia real?, além da representação. A rede oferece uma temporalidade imediata. Já na organização/difusão espacial (quando os tempos são mais longos), as assembleias institucionalizam o movimento.

O 15-M parece nascer do nada. Não é verdade: além do papel dos grupos, além da casualidade (latente e perversa) da crise, notam-se no movimento acumulações, sedimentações, recomposições ao longo do tempo.

Para começar, há analogia com o que ocorreu em Março de 2004, quando o ?movimento contra a guerra?, insurgido contra Aznar nos dias anteriores às eleições, protestou ante a atribuição dos atentados terroristas na estação central de Madrid aos bascos e à ETA. Também nesse caso se tratou da produção de um enorme enxame, à época convocado através dos telemóveis, que transformou radicalmente o clima eleitoral e pavimentou o acesso de Zapatero e dos socialistas ao governo: a dita ?comuna de Madrid?.

Diferentemente, hoje, não existe aquela enorme tensão, aquele grande medo, aquela violência que então se disseminava pelos movimentos. Hoje há uma percepção maior da própria força, logo maior maturidade. Naquele momento, uma vez eleito, Zapatero tenta responder às dinâmicas do movimento, mas propõe ainda outra vez uma opção de representação política ? que rapidamente se revelou uma mistificação, e insultante na medida em que foi encarada como traição. Agora não existe mais nenhuma hipótese reformista, existe no lugar disso a consciência da impossibilidade de modificar o sistema. Existe a percepção (sobretudo depois do resultado eleitoral desastroso para os socialistas, que tem a ver com o grande impacto da abstenção ? cerca de 50%) que o movimento pode realmente fazer e desfazer os governos, mas hoje a isso se acrescenta um imaginário modificado, visto que nenhuma hegemonia partidária poderá mais corresponder ao movimento. ?Ninguém nos representa?. O sistema constitucional está em crise.

A continuidade pode ser também registada a respeito das formas de organização. Na configuração material dos acampamentos, resgataram-se particularmente as formas de luta dos operários da Sintel [NT. cujos trabalhadores fizeram greve por 11 meses seguidos, em 2001-02], que por meses e meses acamparam no centro de Madrid, depois do encerramento da empresa. A tradição do ?acampar? foi recepcionada pela luta operária. Isto mostra como a intersecção dos movimentos representa hoje uma passagem essencial na produção das lutas multitudinárias. Mesmo quando os organismos oficiais do movimento operário (sindical e partidário) se excluem da manifestação, a tradição das lutas operárias inclui-se no processo e o desenvolve.

A partir dessa nota, vale a pena recordar outro elemento fundamental no 15-M ? é o ?Republicanism? implícito, a recordação melancólica, mas radical, de 1936. Toda a história da Espanha na modernidade é aqui colocada em jogo, contra uma governamentalidade capitalista e clerical, reaccionária e repressiva, liberal e reformista, que não encontra par noutros países da Europa.

Tudo isso ajuda a compreender a dinâmica de organização deste movimento. Irrompe de um amadurecimento capilar, numa dimensão microssocial, completamente voluntarista. Há um máximo de cooperação, que não se produz simplesmente por indivíduos ou colectivos, mas se organiza ?todos juntos?, na sinergia. Igualmente a elaboração teórica é colectiva. Nas

assembleias todos têm direito à palavra. O nível da discussão é por vezes descontínuo, mas sempre rico de intervenções competentes, no mérito e na eficácia da proposta. Parece incrível, mas, de verdade, ocorreram formidáveis e inovadoras experiências, seja sobre o terreno da cooperação organizacional, seja sobre a elaboração teórica ? experiências nunca repetitivas, burocráticas ou inúteis. Há uma maturidade geral que desenvolveu novas habilidades ? porém, especialmente, que evitou contraposições dogmáticas e/ou sectárias. Aqueles que já estavam organizados em grupos não foram excluídos, mas implicados no ?todos juntos?. Não houve necessidade de um ?savoir faire? político particular, mas somente de competência e capacidade de participar de um projecto comum.

Os dois processos fundamentais de organização que se integraram foram a comunicação em rede (que permite a articulação de centralizações e descentralizações territoriais) e a intersecção de componentes sociais (que permite a recomposição programática do proletariado social).

Considerando a característica da recomposição (dos movimentos e dos programas), compreende-se também um espírito constituinte, que evita amálgamas politicamente contraditórios (por exemplo, entre grupos e organizações que disputam usualmente a hegemonia um contra o outro) e, por isso, não gera enfatuações sectárias ou abstractas, puramente dogmáticas. Os indignados falam entre si, nas assembleias ou na rede, de programas, de coisas por fazer, de metas conjuntas, de problemas concretos? O espírito constituinte predomina. ?Todos juntos? ? aqui se constrói o comum.

Uma organização de subsistência totalmente horizontal foi criada, com a cozinha e o serviço de policiamento da praça acampada, com uma centralização informática e informativa, com horários definidos em assembleia, com decisões, comissões jurídicas e médicas etc.

Quais são os mecanismos de decisão do movimento? Democracia directa, logo decisões tomadas de modo assembleiar, atreladas à curta duração nas funções de representação (porta-vozes). Sabe-se que tomar uma decisão nessas condições exige longo tempo, que o processo decisório muitas vezes deve elevar-se acima dos efeitos tumultuados de uma discussão caótica. Contudo, isto não impede de chegar, através da nomeação de porta-vozes (a cada dia substituídos), à tomada de decisão, e a sua comunicação pública ? com legitimidade consensual. Seja a decisão, seja a discussão que se produziu, tudo é arquivado no site do movimento. Corre em paralelo ao processo uma verificação em rede das decisões tomadas. Põe-se assim em movimento uma estrutura policêntrica de decisão e, enquanto nas assembleias a decisão exige longo tempo, nas redes a verificação da decisão dá-se muito velozmente.

Este processo decisório constrói uma novidade radical em relação às melhores experiências de movimentos recentes (Seattle, Génova etc), quando as decisões colectivas dificilmente conseguiam associar expressão exacta dos comportamentos à urgência do evento, juntar a continuidade com a extensão da iniciativa? Para não falar de sua institucionalidade.

Como já dissemos, o movimento surgiu na soma de iniciativas de vários grupos, num período de experimentação de mobilizações ágeis, da repetição de acções em flash: e ao final deu-se, em concomitância com as manifestações gigantes, a decisão de acampar. O acampamento e a consolidação da modalidade assembleiar que o seguiu representam assim uma relativa ruptura/descontinuidade com o modelo de decisão em rede. Tanto mais que, nos acampamentos, a composição social se complica. Ao lado dos sujeitos citados acima, encontramos também fracções marginais do proletariado (cognitivo ou não): desocupados,

migrantes, ?loucos? e/ou ?hippies?, e alguns pequeno-burgueses arruinados e desesperados? Tudo isso pode criar problemas que, por um lado não podem ser agilmente resolvidos, por outro também não vamos exagerá-los, de modo a não romper o processo global de organização e decisão. Outra prova do ?bom senso? deste movimento.

Os temas programáticos discutidos nas assembleias e retomados na circulação em rede, sempre firmados em documentos, são fundamentalmente os seguintes:

Trabalho precário. Requerem-se trabalho e/ou rendimento para todos. A discussão não implica ideologias ?laborais? (os sindicatos foram excluídos, a UGT e a CO, bem como outras forças políticas): dizer ?trabalho para todos? significa dizer ?rendimento para todos?. O tema do rendimento universal é bastante disseminado. E torna-se hegemónico quando os trabalhadores autónomos de 2ª Geração representam a maioria da assembleia. E adicionalmente: redução da jornada laboral, reforma aos 65 anos, segurança no trabalho, proibição de demissões, ajuda aos desempregados etc.

Direito à moradia. Expropriação do stock de moradias não vendidas e a sua transferência ao mercado de alugueis controlados. Plano para o cancelamento das hipotecas etc.

Tributação. A crítica é muito forte à desigualdade de tratamento dos trabalhadores, sejam independentes ou dependentes, da parte do fisco. Aumento da tributação sobre as grandes fortunas e os bancos. Relançamento do imposto patrimonial. Controle real e efectivo das fraudes fiscais e da fuga de capitais através dos ditos paraísos fiscais. Mas o tom da discussão é acima de tudo contra os bancos, contra a estrutura financeira etc. Proibição de injeção de capital nos bancos responsáveis pela crise. Controle social dos bancos. Sanções para o movimento especulativo e as más práticas bancárias. O conceito fundamental exprimido nas assembleias é que existe uma grande riqueza social, mas ela é expropriada pelo fisco e pelos bancos. As operações bancárias tais quais hoje estão repletas de usura em relação aos pobres, e de prepotência diante da sociedade. Requer-se a generalização da Lei Tobin inclusive nas transferências internas e internacionais entre os bancos.

Sistema eleitoral. A solicitação da mudança da lei eleitoral e das regras de representação é pesadíssima e assunto da mais alta urgência. Entende-se que o sistema bipolar espanhol seja intolerável, que as duas grandes forças parlamentares são igualmente corruptas e responsáveis pela crise. Solicita-se assim que o sistema eleitoral seja modificado no sentido do voto proporcional, e uma proposta de referendo sobre o tema (500 mil assinaturas) já foi lançada. Além disso, mais democracia participativa: não ao controle da Internet e revogação da Lei Sinde, generalização do método referendário etc.

Sistema judiciário. Considera-se completamente nas mãos dos políticos e banqueiros, incapaz de perseguir a corrupção e, sobretudo, inapto para corrigir o défice de representação ou promover um senso igualitário ao sistema normativo como um todo. Quando se fala em justiça, contrapõe-se à corrupção política um discurso de dignidade ? e não aqui um moralismo pequeno-burguês, mas um sentimento forte de autonomia ética e política.

Serviços comuns. Reorganização dos serviços de saúde. Contratação de sindicatos de professores, para garantir uma taxa mais correcta de alunos por sala de aula e grupos de reforço escolar. Gratuitidade da educação universitária. Financiamento público da pesquisa, para assegurar a sua independência. Transportes públicos de qualidade e ecologicamente sustentáveis. Constituição de redes de controle local e serviços municipais etc.

Alguns temas foram evitados nas assembleias. O tema "nacional" em primeiro lugar ? vale dizer que não colidiram nacionalismos diversos (coisa muito costumeira no debate político espanhol), se falou em todas as línguas, castelhano, basco, catalão etc. Esse é um elemento extremamente importante na experiência dos acampamentos. Outros temas por enquanto excluídos da discussão: a Europa e, parcialmente, a guerra (às vezes contestada a despesa militar do governo). A essência do debate sobre esses temas é bastante bizarra, e corresponde, todavia, à informação insuficiente e à forte ambiguidade que geralmente se sente em relação ao tema europeu e ao da Aliança Atlântica.

O que pode tornar-se esse movimento numa perspectiva temporal mais longa? Ele pode constituir um contra-poder permanente e/ou organizar-se como poder constituinte. É difícil prever qual será o caminho. Se organizando uma espécie de dualismo do poder (acontecimental e periódico); ou se desenvolvendo um poder constituinte que tenta uma penetração e uma transformação das estruturas do estado. Certo é que, de dentro da prática da Praça contra o Governo, aparece positivamente o projecto de uma regeneração republicana: a República contra o Estado; como na tradição espanhola (antes e através da guerra civil) esse projecto fora vivenciado. Na Espanha, trinta anos depois do fim do franquismo, falta ainda uma crítica do fascismo, carece ainda uma denúncia da continuidade da direita negociada e financeira em relação ao regime franquista. Isto significa que o movimento ? também e sobretudo no seu êxodo actual ? se situa radicalmente à esquerda, mas certo fora daquela esquerda representada por Zapatero ? cuja acção política sempre consistiu numa gestão servil do capital. O 15-M não se opõe à política em geral, mas ao sistema dos partidos.

Como dito, fala-se pouco da Europa nos acampamentos. Quando nela se fala, recorda-se a sua opacidade. E, entretanto, é particularmente evidente a necessidade de um relé [relais] europeu, da assunção de uma dimensão continental à discussão política.

O que ocorrerá daqui para a frente, depois do tempo breve das manifestações? Três possibilidades devem ser consideradas. A primeira: o fim da frustração. A segunda: uma radicalização que se aglutina. Mas a terceira é aquela de uma reterritorialização estável, nos bairros, na sociedade, com uma capacidade de mobilização contínua. Parece que os manifestantes querem agrupar-se e articular-se num movimento sócio-político, com particularidades em todas as regiões, com uma auto-gestão em escala territorial. A cada dia 15 do mês, os grupos nos territórios deveriam colocar-se de acordo sobre uma plataforma de reivindicações e um calendário de mobilizações. Assim se dará, seguramente, a continuidade do movimento, ? pelo menos até as eleições gerais do próximo ano. Resta compreender se a adesão da população permanecerá tão maciça no próximo período. Isto dependerá em parte do comportamento das autoridades: se reprimem o movimento, a solidariedade que o caracteriza deverá reforçá-lo. Em qualquer caso, os problemas fundamentais que sobram em aberto são, em primeiro lugar, aqueles ligados à reterritorialização do movimento e, além disso, a construção de uma rede europeia.

Tradução: Bruno Cava

Publicado em Outras Palavras

Sumário da Home:

De dentro das praças e acampamentos, o filósofo e militante italiano Toni Negri discute

formas de organização, reivindicações e perspectivas do movimento na Espanha. Por **Antonio Negri**.

Thumbnail Image:



Main Image:



Negri: "A linguagem do movimento é simples e popular, mas não populista." Foto de Michael Allen 000

Dossier:

Dossier 147: Espanha: Movimento 15-M ^[2]

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

URL de origem: <http://www.esquerda.net/dossier/apontamentos-sobre-espanha-rebelde>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/file/negri2jpg-0>

[2] <http://www.esquerda.net/topics/dossier-147-espanha-movimento-15-m>